

DESAFIOS DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS IMPACTOS NAS DESIGUALDADES RACIAIS

CHALLENGES OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE SYSTEMS AND THEIR IMPACTS ON RACIAL INEQUALITIES

DESAFÍOS DE LOS SISTEMAS DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y SUS IMPACTOS EN LAS DESIGUALDADES RACIALES

Manoela Alves dos Santos¹, Paloma Mendes Saldanha²

RESUMO

Introdução: A inteligência artificial (IA) nas últimas décadas, transformou fundamentalmente a maneira como interagimos com a tecnologia e tomamos decisões em diversas esferas no decorrer da vida. Na medida que esses sistemas avançam, fica evidente que não estamos imunes aos desafios éticos inerentes, especialmente no que diz respeito às desigualdades raciais. Objetivo: Explorar a complexa interseção entre sistemas de inteligência artificial e disparidades raciais, analisando os desafios éticos enfrentados e os impactos resultantes na atualidade. Método: Trata-se de uma revisão bibliográfica com análise jornalística, apresentando dados sobre a IA e os fatores que estão impactando no racismo como um todo. A seleção de busca, foi realizada nas bases de dados da BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) acessando a SCIELO (ScientificElectronicLibraryOnline), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), PAHO (Pan American Health Organization), outras fontes de sites externos e jornalísticos. Os descritores utilizados através do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), foram: “Inteligência Artificial, Preconceito Racial, Racismo Oculto”. Como critérios de inclusão, utilizamos artigos, dissertações e pautas jornalísticas sobre a temática da IA, preconceitos e racismos que envolvam a tecnologia artificial. Excluímos todos os trabalhos que poderiam citar sistemas computadorizados, mas que fosse irrelevante com a temática abordada. Retiramos artigos que não condiziam com o preconceito racial. Resultado: O estudo define IA como construções capazes de ter atitudes e decisões originalmente tomadas por seres vivos e aponta como influências decisivas para seu avanço o imaginário humano sobre seres artificiais, a produção científica e tecnológica, as políticas dos governos e os interesses das empresas. O trabalho reflete sobre o quanto esse progresso tem banalizado a compreensão sobre a inteligência humana, limitando-a aos aspectos lógicos, matemáticos e

(*) Recibido:18/10/2023 | Aceptado: 15/02/2024 | Publicación en línea: 29/03/2024.

¹ Diretora do Instituto Enegrecer e consultora de diversidade. Mestre em direito pela UNICAP. Especialista em direito público pela ESMAPE e em didática do Ensino Superior pela UNINASSAU. Professora de direito constitucional da Faculdade Imaculada Conceição do Recife/PE e da Faculdade dos Palmares/PE. Secretária geral adjunta da OAB/PE. E-mail: manoela.adv@gmail.com ORCID: 0000-0003-0014-5368

² Mestre e doutora em direito pela UNICAP. Especialista em direito e tecnologia pela informação- UCAM/RJ. Especialista em jurisdição constitucional e direitos fundamentais pela Universidade de Pisa/Itália. Líder em legislação e regulação na era digital do International Visitor Leadership Program- IVLP/EUA em 2018. Professora e pesquisadora em direitos e tecnologias na UNICAP. Consultora em privacidade, proteção de dados e educação digital na PlacaMae.Org (fundadora e diretora). Membro da GovDADOS, escritora, advogada. E-mail: paloma.saldanha@unicap.br ORCID: 0000-0002-1229-3491

instrumentais, mostrando que a desinformação e a falta de debate sobre a interação com as máquinas trazem riscos ao bem-estar humano e à eficiência.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Preconceito Racial. Racismo Oculto.

ABSTRACT

Introduction: Artificial intelligence (AI) in recent decades has fundamentally transformed the way we interact with technology and make decisions in different spheres throughout life. As these systems advance, it becomes clear that we are not immune to the inherent ethical challenges, especially when it comes to racial inequalities. Objective: Explore the complex intersection between artificial intelligence systems and racial disparities, analyzing the ethical challenges faced and the resulting impacts today. Method: This is a bibliographic review with journalistic analysis, presenting data on AI and the factors that are impacting racism as a whole. The search selection was carried out in the VHL (Virtual Health Library) databases by accessing SCIELO (ScientificElectronicLibraryOnline), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), PAHO (Pan American Health Organization), other external website sources and journalistic. The descriptors used through DeCS (Health Sciences Descriptors) were: “Artificial Intelligence, Racial Prejudice, Hidden Racism”. As inclusion criteria, we used articles, dissertations and journalistic topics on the subject of AI, prejudices and racism involving artificial technology. We excluded all works that could mention computerized systems, but were irrelevant to the topic addressed. We removed articles that did not reflect racial prejudice. Result: The study defines AI as constructions capable of having attitudes and decisions originally taken by living beings and points out as decisive influences for its advancement the human imagination about artificial beings, scientific and technological production, government policies and the interests of companies. The work reflects on how much this progress has trivialized the understanding of human intelligence, limiting it to logical, mathematical and instrumental aspects, showing that misinformation and the lack of debate about interaction with machines pose risks to human well-being and efficiency.

Keywords: Artificial Intelligence. Racial Prejudice. Hidden Racism.

RESUMEN

Introducción: La inteligencia artificial (IA) en las últimas décadas ha transformado fundamentalmente la forma en que interactuamos con la tecnología y tomamos decisiones en diferentes ámbitos a lo largo de la vida. A medida que estos sistemas avanzan, queda claro que no somos inmunes a los desafíos éticos inherentes, especialmente cuando se trata de desigualdades raciales. Objetivo: Explorar la compleja intersección entre los sistemas de inteligencia artificial y las disparidades raciales, analizando los desafíos éticos que enfrentan y los impactos resultantes en la actualidad. Método: Se trata de una revisión bibliográfica con análisis periodístico, que presenta datos sobre la IA y los factores que están impactando el racismo en su conjunto. La selección de la búsqueda se realizó en las bases de datos de la BVS (Biblioteca Virtual en Salud) accediendo a SCIELO (ScientificElectronicLibraryOnline), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), OPS (Organización Panamericana de la Salud), otras fuentes externas de sitios web y periódicas. Los descriptores utilizados a través del DeCS (Descriptores de Ciencias de la Salud) fueron: “Inteligencia Artificial, Prejuicio Racial, Racismo Oculto”. Como criterios de inclusión se utilizaron artículos, disertaciones y temas periodísticos sobre el tema de la IA, los prejuicios y el racismo que involucran la tecnología artificial. Se excluyeron todos los trabajos que

pudieran mencionar sistemas computarizados, pero fueran irrelevantes para el tema abordado. Eliminamos artículos que no reflejaban prejuicios raciales. Resultado: El estudio define la IA como construcciones capaces de tener actitudes y decisiones tomadas originalmente por seres vivos y señala como influencias decisivas para su avance la imaginación humana sobre los seres artificiales, la producción científica y tecnológica, las políticas gubernamentales y los intereses de las empresas. El trabajo reflexiona sobre cuánto este progreso ha trivializado la comprensión de la inteligencia humana, limitándola a aspectos lógicos, matemáticos e instrumentales, mostrando que la desinformación y la falta de debate sobre la interacción con las máquinas plantean riesgos para el bienestar y la eficiencia humanos.

Palabras clave: Inteligencia Artificial. Prejuicio Racial. Racismo Oculto.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A inteligência artificial (IA) nas últimas décadas, transformou fundamentalmente a maneira como interagimos com a tecnologia e tomamos decisões em diversas esferas no decorrer da vida. Na medida que esses sistemas avançam, fica evidente que não estamos imunes aos desafios éticos inerentes, especialmente no que diz respeito às desigualdades raciais.

Automação e otimização trazidas pela IA são inegáveis, mas em muitos casos, observamos que algoritmos de IA podem inadvertidamente perpetuar ou até mesmo amplificar preconceitos raciais existentes em dados de treinamento, gerando consequências significativas e frequentemente prejudiciais para grupos minoritários. Diante desse cenário, é necessário examinar como as tecnologias emergentes estão moldando e, algumas vezes, distorcendo as dinâmicas sociais e raciais.

O artigo não identifica apenas os desafios da IA no contexto das desigualdades raciais, mas propõe uma análise aprofundada das possíveis soluções e estratégias que visam mitigar esses impactos negativos. Na construção, buscamos não apenas lançar luz sobre os dilemas éticos, mas também contribuir para o desenvolvimento de diretrizes e práticas que promovam a equidade e a justiça em um mundo cada vez mais impulsionado pela inteligência artificial.

Entre IA e disparidades raciais, é crucial reconhecer que a abordagem ética no desenvolvimento e implementação de sistemas de IA é fundamental para o futuro onde a tecnologia não apenas avança, mas também contribui para um ambiente socialmente inclusivo e equitativo.

O objetivo deste artigo, é explorar a complexa interseção entre sistemas de inteligência

artificial e disparidades raciais, analisando os desafios éticos enfrentados e os impactos resultantes na atualidade.

DO SURGIMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL À CONTEMPORANEIDADE

De acordo com Oliveira (2018, p.20), sob o ponto de vista da lógica, o filósofo Aristóteles definia as regras do silogismo, que permitem o desenvolvimento de raciocínios matematicamente exatos, sem contradições ou ambiguidades, quando desenvolvidos dentro das regras expressas. O silogismo aristotélico vigora até hoje na lógica booleana, absolutamente necessária aos computadores que permeiam nossa sociedade. Saindo da antiguidade e chegando à era moderna, podemos perceber que a história da inteligência artificial baseada em computadores digitais quase que se confunde com a história da própria computação. Pouco tempo depois, em 1950, o próprio Alan Turing, prevendo o desenvolvimento do campo da inteligência artificial, propõe o Teste de Turing para mensurar o equivalente de inteligência de um computador. Mesmo com as severas limitações dos computadores do início da década de 1950 — de maneira rápida e eficiente. Samuel iria ainda mais longe, e em 1955 melhoraria seu jogo, inserindo elementos que permitiam ao computador utilizar informações de jogos anteriores, e assim melhorar seu desempenho. Esta é a primeira instância de aprendizado de máquina que temos registrada na história dos computadores digitais.

Antes da década de 1950, quando o termo foi amplamente usado, temos que voltar para 1943, quando Walter Pitts e Warren McCulloch contribuíram para o conceito de neurônios artificiais. A dupla propôs um modelo matemático simplificado para representar o funcionamento dos neurônios no cérebro. A ideia foi revolucionária, pois possibilitou a construção de redes neurais artificiais, que são sistemas compostos por muitos neurônios artificiais interconectados. Essas redes neurais podem aprender a partir de dados e melhorar seu desempenho ao longo do tempo. A partir desse ponto, o inglês Alan Turing publicou um artigo chamado "Computing Machinery and Intelligence" (Máquinas Computacionais e Inteligência), no qual ele propôs o famoso "Teste de Turing". Também conhecido como o "Jogo da Imitação", propunha que a verdadeira inteligência poderia ser demonstrada se uma máquina pudesse se passar por um ser humano em uma conversa escrita e enganar um juiz humano. Esse trabalho lançou as bases para

a pesquisa em IA estabelecendo a questão central de como podemos definir e avaliar a inteligência em máquinas; também antecipou questões éticas e filosóficas relacionadas à IA incluindo a natureza da mente, a capacidade das máquinas de pensar e a possibilidade de consciência artificial. A primeira vez em que a palavra "inteligência artificial" foi usada, foi durante uma conferência de Dartmouth, realizada em 1956. O professor de Stanford John McCarthy, um dos organizadores da conferência, usou o termo pela primeira vez para descrever o objetivo de criar máquinas que pudessem exibir inteligência semelhante à humana. A inteligência artificial (IA) foi utilizada de várias maneiras, embora as aplicações fossem mais limitadas devido às restrições tecnológicas e de conhecimento da época (Lemos, 2023).

No decorrer dos avanços técnicos científicos, o tema ganhava cada vez mais espaço no campo cultural, conquistando a atenção de ficcionistas e cineastas e caindo no gosto popular. Na vida real, as limitações políticas, econômicas e tecnológicas do período pós-guerra acabaram lançando a IA em um período de retração de investimentos, que só viria ser superado ao final da década de 1980. Nesse período, novos avanços técnico-científicos, em outras áreas, ganhavam destaque. Alguns deles viriam a favorecer a IA e, dialeticamente, ela também daria sua contribuição a eles, como foi o caso da difusão da internet comercial em meados da década de 1990 (Barbosa & Bezerra, 2020, p.6).

Para Sayad (2022, p.50), assistentes pessoais como Alexa e Siri, sistemas de Streaming como Netflix e SpotiFy, navegadores por GPS como Waze e Google Maps e feeds do Facebook ou Instagram: todos esses aparatos que permeiam a vida cotidiana funcionam com base em sistemas de inteligência artificial, fundamentalmente na técnica de redes de aprendizado profundo. A técnica das redes neurais de aprendizado profundo já faz parte de como interagimos com o mundo e também de como tomamos tais decisões. Cada vez mais empresas usam sistemas IA não só para automatizar processos e reduzir custos, mas para ter resultados preditivos mais precisos e, assim, tomarem decisões mais assertivas. Enquanto fornecedores e consumidores de dados para os sistemas de IA, estamos expostos aos êxitos e consequências do uso de sistemas de inteligência artificial.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AS DESIGUALDADES RACIAIS

Recentemente, na cidade de Recife/PE, ocorreu uma audiência pública para discutir o projeto da Prefeitura do Recife de oferecer para a iniciativa privada a exploração publicitária de 108 relógios digitais. A ideia seria que os relógios pudessem seguir os modelos dos que foram instalados em Porto Alegre e São Paulo e, além da exibição da hora, forneçam informações sobre o tráfego, indicadores de qualidade do ar e temperatura, publicidade e também sirvam como um ponto de wi-fi público. Parece algo simples, mas há uma questão controversa: os relógios terão câmeras de monitoramento com tecnologia de reconhecimento facial. Adotado na maioria dos estados brasileiros, o reconhecimento facial por câmeras é uma tecnologia que desperta duas importantes discussões. Uma é na segurança pública, com vieses de racismo e de transfobia. A outra é na própria publicidade e no direito à privacidade. A questão central de discussão na segurança pública tem seguido no caminho de que os algoritmos usados nessa tecnologia tendem a discriminar negras e negros. O doutor em ciências políticas Pablo Nunes, coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), explica que os softwares usados hoje não conseguem fazer uma leitura eficaz de pessoas negras (Santos, 2021).

“Em todas as aplicações do reconhecimento facial há essa questão central de que os algoritmos têm tendência a ter vieses que discriminam pessoas principalmente em relação à cor da pele. Eles têm mais dificuldades em apresentar resultados corretos para pessoas negras, principalmente mulheres negras, quando fazemos a comparação com homens brancos. Isso, na área de segurança pública, pode resultar na abordagem, na detenção e até na prisão de uma pessoa que não tem mandado em aberto”, explica Nunes, que também coordena O Panóptico, um projeto de monitoramento de iniciativas de reconhecimento facial pelo Brasil”.

Diante das implicações, iniciativas em diversas regiões do mundo apontam para um movimento pelo banimento do uso de reconhecimento facial, sobretudo para fins de segurança pública. Na Europa, a Autoridade Europeia

para a Proteção de Dados alerta publicamente para a necessidade de seu banimento; nos Estados Unidos, políticas municipais de grandes cidades como São Francisco, Boston, Portland e dezenas de outras já instituíram efetivamente o banimento da tecnologia; na Câmara Municipal do Rio de Janeiro tramita Projeto de Lei que também pleiteia pelo seu banimento, além de articulações nacionais e internacionais da sociedade civil organizada que promovem campanhas no mesmo sentido. O poder público local se coloca diante de duas alternativas: poderá garantir o pleno respeito dos direitos dos cidadãos, como sua privacidade e liberdade de expressão, ou instituir um expansivo aparato racista de controle e vigilância sobre os recifenses, na contramão dos direitos humanos. Por essas razões, as entidades aqui subscritas pedem para que a Prefeitura da Cidade do Recife abandone a proposta de instalar 108 câmeras de reconhecimento facial na cidade (Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife, 2021).

De acordo com Guerra (2024), o promotor de Justiça Maxwell Vignoli destacou que chegou a encaminhar questionamentos à SDS sobre o uso da tecnologia, que funcionará a partir dos dados do Banco Nacional de Mandados de Prisão, mas que nenhuma resposta foi dada até agora. "A Secretaria de Defesa Social sequer apresentou confirmação oficial de recebimento do Ofício, o que por si já demonstra não cumprimento da requisição ministerial", afirmou. Diante do exposto, o MPPE fez dezessete questionamentos direcionados à SDS:

- 1) Em que critérios e indicadores foi baseada a decisão de utilização de câmeras com reconhecimento facial durante as festas de Carnaval pelo Estado;
- 2) Em que critérios e indicadores foi baseada a decisão sobre a localização de cada uma das câmeras com reconhecimento facial a serem utilizadas durante as festas de Carnaval;
- 3) Quem são as empresas desenvolvedoras e fornecedoras dos sistemas de reconhecimento facial a serem instalados nas câmeras em uso durante o carnaval/ Houve processo licitatório para contratação/ Quais os principais termos do contrato, no que diz respeito às obrigações do Estado

e das empresas concedentes/ se o contrato está disponível para consulta pública e, se sim, onde;

4) Qual a tecnologia utilizada nos sistemas de reconhecimento facial a serem instalados nas câmeras em uso durante o Carnaval;

5) Quais foram os critérios e métricas utilizados para a seleção do algoritmo de reconhecimento facial utilizado nos sistemas instalados nas câmeras em uso durante o Carnaval;

6) Foi realizado relatório de impacto à proteção de dados (RIPD) antes da adoção das câmeras com reconhecimento facial e, se sim, onde está disponível o documento para consulta pública;

7) Onde ficarão armazenados os dados coletados pelas câmeras com reconhecimento facial;

8) Por quanto tempo ficarão armazenados os dados coletados pelas câmeras com reconhecimento facial;

9) Quais são as finalidades da coleta dos dados pelas câmeras com reconhecimento facial;

10) Haverá compartilhamento dos dados coletados pelas câmeras e processados pelo sistema de reconhecimento facial e, se sim, quais são os entes públicos e privados envolvidos no compartilhamento;

11) Quais são os bancos de dados utilizados para fazer a comparação das imagens captadas pelas câmeras com reconhecimento facial;

12) Quem são os agentes de tratamento da operação de tratamento dos dados pessoais coletados pelas câmeras com reconhecimento facial;

13) As câmeras com reconhecimento facial permanecerão em operação após o Carnaval;

14) Quais órgãos estarão envolvidos na operação das câmeras com reconhecimento facial e poderão responder a ocorrências captadas pelas referidas câmeras;

15) Qual será o procedimento padrão adotado no caso de um reconhecimento positivo pelas câmeras com reconhecimento facial durante o Carnaval;

- 16) Quais as políticas e métricas utilizadas para avaliação contínua da qualidade e desempenho do sistema de reconhecimento facial empregado durante o Carnaval;
- 17) Quais métodos de explicabilidade serão utilizados para justificativa das classificações, identificações e/ou decisões tomadas pelo sistema de reconhecimento facial (Guerra, 2024. Jornal JC. Acesso em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/seguranca/2024/02/amp/15668501-mppe-pede-que-policia-nao-use-tecnologia-de-reconhecimento-facial-no-carnaval.html>).

As ferramentas tecnológicas adquiriram um espaço importante na rotina da humanidade, estando presente nos mais diversos aspectos sociais. Entretanto, é relevante frisar que, apesar de a máquina executar as tarefas de maneira independente, existe, por trás disso, a intervenção humana, na figura de códigos fonte de programação que funcionam como uma espécie de trilho por onde a máquina vai operar. Dessa forma, o racismo que opera dentro de sociedade é trazido também para o espaço digital, que materializa os contextos históricos e sociais que existem no “mundo real” (Rodrigues & Chai, 2023, p.5).

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica com análise jornalística, apresentando dados sobre a IA e os fatores que estão impactando no racismo como um todo.

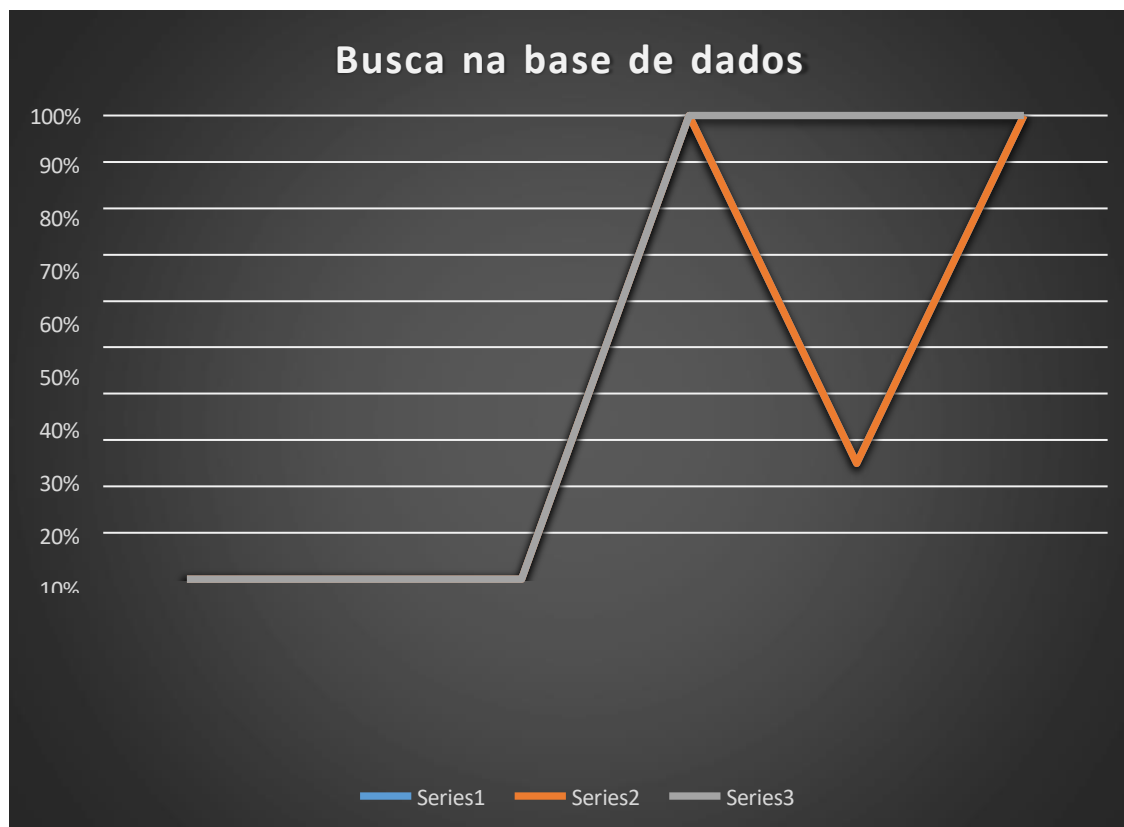
A seleção de busca, foi realizada nas bases de dados da BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) acessando a SCIELO (ScientificElectronicLibraryOnline), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), PAHO (Pan American Health Organization), outras fontes de sites externos e jornalísticos.

Os descritores utilizados através do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), foram: “Inteligência Artificial, Preconceito Racial, Racismo Oculto”.

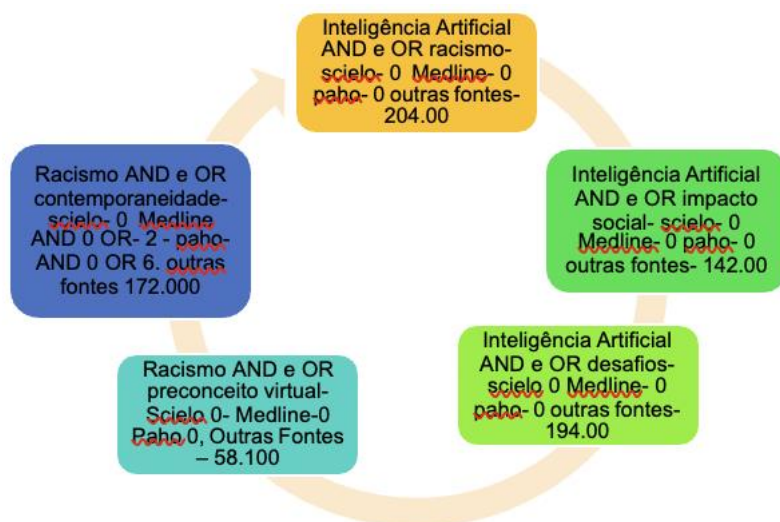
Como critérios de inclusão, utilizamos artigos, dissertações e pautas jornalísticas sobre a temática da IA, preconceitos e racismos que envolvam a tecnologia artificial.

Exluímos todos os trabalhos que poderiam citar sistemas computadorizados, mas que fosse irrelevante com a temática abordada. Retiramos artigos que não condiziam com o preconceito racial.

Abaixo segue os resultados da busca nas bases de dados:

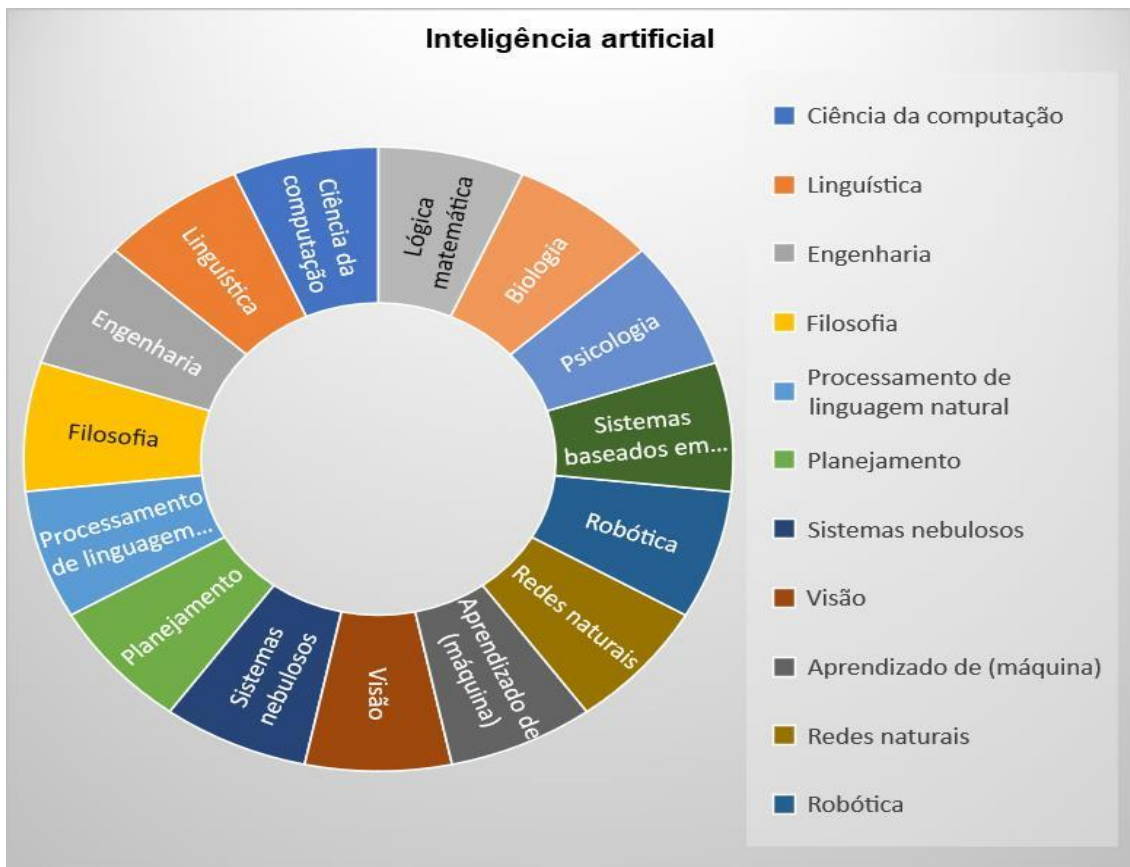


Fonte: <https://decs.bvsalud.org/> e <https://scholar.google.com.br/?hl=pt> acesso em 18 fev. 2024.



RESULTADOS

O fluxograma abaixo, apresenta o conteúdo da Inteligência Artificial:



Fonte: Monard & Baranaukas, 2000, p. 2, apud Gomes, 2010, p. 6. Acesso em: https://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/ia_intro.pdf

As implicações psicológicas e sociais surgidas ao longo da evolução da inteligência artificial (IA) são discutidas em pesquisa realizada no Instituto de Psicologia (IP) da USP. O estudo define IA como construções capazes de ter atitudes e decisões originalmente tomadas por seres vivos e aponta como influências decisivas para seu avanço o imaginário humano sobre seres artificiais, a produção científica e tecnológica, as políticas dos governos e os interesses das empresas. O trabalho reflete sobre o quanto esse progresso tem banalizado a compreensão sobre a inteligência humana, limitando-a aos

aspectos lógicos, matemáticos e instrumentais, mostrando que a desinformação e a falta de debate sobre a interação com as máquinas trazem riscos ao bem-estar humano e à eficiência da tecnologia (Bernardes, 2023).

Dados divulgados por uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, EEO- 115, é possível destacar que as principais empresas que atuam no ramo de tecnologia, no Vale do Silício, possuem, em seu corpo de programadores e desenvolvedores, um número bastante deficiente de pessoas não brancas e de diversidade, apesar de haver, no país, uma população bastante diversa e miscigenada. Tal fato implica em um agravamento da falta de representatividade, em razão de haver, nessa área do país, uma grande concentração de polos tecnológicos, que influenciam os rumos da ciência digital, de maneira global, agravando a situação quando se trata da complexidade e diversidade mundiais. (Rodrigues & Chai, 2023, p.9).

De acordo com Barros (2022), a utilização da tecnologia não é contestada só na capital pernambucana. Outras cidades que aderiram a essa política encararam tantos problemas que precisaram abolir ou pelo menos rever sua aplicação. São inúmeros casos no mundo inteiro em que as câmeras acusaram “falso positivo”; isto é, falharam ao identificar corretamente um rosto e designá-lo ao indivíduo certo. As consequências disso, quando se trata de segurança pública, são prisões e detenções ilegais e injustas de pessoas inocentes, que foram confundidas pelos algoritmos.

DISCUSSÃO

As câmeras de reconhecimento facial podem ser um instrumento novo, mas não seria a primeira vez que ferramentas tecnológicas se tornam mecanismos de discriminação racial nas mãos da polícia. Nas delegacias do Brasil, a prática de realizar prisões com base no reconhecimento fotográfico de suspeitos induz ao erro que recai principalmente sobre a população negra. Considerando que 66,3% das pessoas no sistema prisional brasileiro são pretas ou pardas, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, o que a adoção de mais uma política de segurança pública falha significaria para a população negra? (Barros, 2022). Para José Vitor Pereira

Neto, a resposta é cada vez mais controle e encarceramento:

“A tecnologia de reconhecimento facial é a reatualização do pensamento lombrosiano lá do século XIX, que considerava a criminalidade, a periculosidade do indivíduo, a partir do traços biológicos que ele tinha. O que a gente vê no reconhecimento facial hoje é uma transformação do analógico para o digital desse pensamento nos dias atuais”, afirma o autor.

Para Avelino (2023), diversidade e Inclusão é um caminho sem volta e precisamos garantir que todos os processos dentro do nosso dia a dia de trabalho, tragam a imparcialidade para garantir um resultado que promova igualdade, equidade e respeito pelas diferenças. Por mais atrativo que seja utilizar a ferramenta de Inteligência Artificial é importante lembrar que as empresas tem o compromisso real com a promoção da Diversidade e Inclusão através de liderança forte e programas abrangentes que combinem esforços humanos e tecnológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos desafios dos sistemas de inteligência artificial (IA) e seus impactos nas desigualdades raciais, torna-se evidente que a interseção entre tecnologia e questões sociais é complexa e exige uma atenção crítica. Os avanços rápidos na IA oferecem oportunidades significativas, mas também destacam a urgência de abordar os dilemas éticos inerentes à sua implementação.

Identificamos ao longo deste estudo, que os sistemas de IA, muitas vezes, refletem e, em alguns casos, exacerbam os preconceitos raciais existentes. A conscientização sobre a presença de viés nos algoritmos é um primeiro passo essencial, mas é igualmente crucial avançar em direção a soluções tangíveis. A responsabilidade recai sobre os desenvolvedores, pesquisadores e empresas para adotar práticas éticas que promovam a equidade.

A busca por uma inteligência artificial equitativa requer uma abordagem

de integração de ética desde a concepção até a implementação. O estudo abordado, não é apenas uma reflexão sobre os desafios, mas uma chamada à ação para uma comunidade global comprometida em moldar um futuro onde a tecnologia não apenas avança, mas também contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- Avelino, D. (2023). "A IA pode perpetuar desigualdades e preconceitos se não for projetada com cuidado". startSe. <https://www.startse.com/artigos/inteligencia-artificial-na-diversidade-e-inclusao/>
- Barbosa, X. d C. & Bezerra, R. F. (2020). *Breve Introdução à História da Inteligência Artificial*. Jamaxi, UFAC, ISSN 2594-5173, v. 4, n. 2.
- Barros, M. L. (2022). *Câmeras com reconhecimento facial no Recife podem agravar racismo e ameaçar direitos*. Brasil de Fato, Pernambuco. <https://www.brasildefatope.com.br/2022/03/21/cameras-com-reconhecimento-facial-no-recife-podem-agravar-racismo-e-ameacar-direitos>
- Bernardes, J. (2023). *Evolução da inteligência artificial tem limitado a compreensão sobre a humana, alerta pesquisa*. Jornal da USP. <https://jornal.usp.br/ciencias/evolucao-da-inteligencia-artificial-tem-limitado-a-compreensao-sobre-a-humana-alerta-pesquisa/>
- Guerra, R. (2024). *MPPE pede que polícia não use tecnologia de reconhecimento facial no Carnaval*. <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/seguranca/2024/02/amp/15668501-mppe-pede-que-policia-nao-use-tecnologia-de-reconhecimento-facial-no-carnaval.html>
- Gomes, D. d S. (2010). *Inteligência Artificial: Conceitos e Aplicações*. Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.2, Ago./Dez. https://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/ia_intro.pdf
- Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife. (2021). *Carta Aberta: Política de reconhecimento facial da PCR ameaça direitos de todos os cidadãos e cidadãs*. <https://ip.rec.br/blog/carta-aberta-politica-de-reconhecimento-facial-da-pcr-ameaca-direitos-de-todos-os-cidadaos-e-cidadas/>

- Lemos, A. (2023). Como surgiu a inteligência artificial?. Revista Exame. <https://exame.com/inteligencia-artificial/como-surgiu-a-inteligencia-artificial/>
- Oliveira, R. F. d. (2018). *Inteligência Artificial*. Editora e Distribuidora Educacional S.A. 224 p. https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201802/INTERATIVAS_2_0/INTELIGENCIA_ARTIFICIAL/U1/LIVRO_UNICO.pdf
- Rodrigues, J. C. & Chai, C. G. (2023). *Inteligência Artificial e Racismo Algoritmo: Análise da Neutralidade dos Algoritmos frente aos episódios de Violação de Direitos nos Meios Digitais*. Revista Eletrônica do TRT-PR. Curitiba: TRT-9ª Região, V. 12 n.118. Mar. https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/215797/2023_rodrigoes_julia_inteligencia_artificial.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Santos, M. C. (2021). *Os riscos das 108 câmeras de reconhecimento facial que a prefeitura quer espalhar pelo Recife*. Jornal Marco Zero. <https://marcozero.org/os-riscos-das-108-cameras-de-reconhecimento-facial-que-a-prefeitura-quer-espalhar-pelo-recife/>
- Sayad, A. L. V. *Inteligência artificial e seu impacto no desenvolvimento do pensamento crítico*. (2022). (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/29620/1/Alexandre%20Le%20Voci%20Sayad.pdf>